



Acta Scientiarum. Language and Culture
ISSN: 1983-4675
eduem@uem.br
Universidade Estadual de Maringá
Brasil

de Sousa Bôer, Maria Angela
Referência identificadora: a identificabilidade e a acessibilidade
Acta Scientiarum. Language and Culture, vol. 30, núm. 2, 2008, pp. 205-214
Universidade Estadual de Maringá
.jpg, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307426640009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Referência identificadora: a identificabilidade e a acessibilidade

Maria Angela de Sousa Bôer

Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. Email: k.boer@wnet.com.br

RESUMO. Este artigo objetiva apresentar o resultado de uma pesquisa sobre os níveis de identificabilidade e de acessibilidade das descrições definidas (DDs), em três textos de literatura oratória. A análise de 537 DDs apresenta fundamentos para o entendimento de que, na linguagem em funcionamento, o processo de nomeação, designação e predicação das coisas é determinado por constituição de saberes com efeito estruturador de sentidos, no texto, entendido como evento discursivo e não por normas aprioristicamente estabelecidas.

Palavras-chave: descrições definidas, identificabilidade, acessibilidade.

ABSTRACT. Identifying reference: identifiability and accessibility. Current essay provides research results on the identifiability and accessibility levels of definite descriptions (DDs) in three texts from rhetorical literature. The analysis of 537 definite descriptions is based on the understanding that in functional language the process of nomination, designation and prediction of things is determined by the constitution of knowledge systems with the structuring effect of meanings in the text. The latter is taken as a discursive event and not by a priori established norms.

Key words: definite descriptions, identifiability, accessibility.

Introdução

Conforme assevera Givon (1984), a definitude é uma subespécie da referência. Do ponto de vista formal, ela pode ser marcada por nomes próprios, pelo artigo definido e por demais determinantes específicos do sistema dêitico – pronomes pessoais, demonstrativos, possessivos, entre outros. Essas marcas sinalizam a singularidade de uma descrição definida, que, sob o âmbito da referência, pode gerar outras propriedades corolárias: a identificabilidade e a acessibilidade, alvos da presente análise.

No campo aqui delimitado, a definitude é abordada sob duas perspectivas. Uma, mais restrita, refere-se ao escopo semiótico dos diferentes tipos de determinantes definidos do sintagma nominal definido (artigo definido, pronomes demonstrativo, possessivo etc.) nos processos de relações fóricas. A outra, mais ampla, sob o escopo do universo discursivo, refere-se precisamente ao âmbito da continuidade tópica, contemplando aspectos pragmático-discursivos, tais como relevância e importância (Givon, 1984), e propriedades pragmáticas, como subentendidos, implicaturas, pressupostos etc. (Vogt, 1980).

Sob uma perspectiva mais abrangente, pode-se dizer, à luz dos pensamentos de autores como Hawkins (1978), Brown e Yule (1984), Givon (1984), Martinich (1984), entre outros, que, tanto do

ponto de vista da produção quanto do ponto da recepção, o estabelecimento da definitude é um processo alicerçado em consensos/saberes compartilhados de base histórica, sociocultural e situacional. Com efeito, em certas circunstâncias enunciativas é possível falar-se em graus de referencialidade, de definitude, de identificabilidade e de acessibilidade, ou, ainda, em semidefinitude.

No âmbito enunciativo, a definitude é, portanto, uma noção conceptual e relacional inscrita no processo de referencialidade, com diferentes potencialidades de amplitude pragmático-discursiva. É ela que representa a transmutação da condição de virtualidade do objeto para a condição de atualização, atribuindo às expressões referidoras o estatuto de objetos-de-discurso, que, por sua vez, ao longo da progressão referencial, derivam sentidos e suscitam representações pertinentes dentro do universo discursivo, segundo as intenções do enunciador. Assim, a definitude é uma categoria cooperativamente estabelecida, porque as marcas linguísticas pelas quais ela pode ser realizada não são monossêmicas, mas dependem de propriedades indiciais e de demais acordos comunicativos celebrados entre os indivíduos participantes da interação verbal (Bally *apud* Charaudeau, 1992; Ducrot, 1972).

Givon (1984, p. 423, tradução nossa), discorrendo acerca da referencialidade, sob a

perspectiva das intenções dos falantes e do contexto comunicativo, sustenta que:

[...] a referencialidade semântica é meramente um caso especial ('marcado') de um fenômeno discursivo-pragmático mais amplo, e, na linguagem humana, seu estatuto é mais uma questão de importância comunicativa do que de pura unicidade referencial de nominais.

Em contextos reais de interação verbal, a definitude pode transcender as fronteiras da construção tópica discursiva, alojando-se nos múltiplos domínios socioculturais, situacionais, linguísticos, cognitivos, pragmáticos, entre outros, responsáveis pelas diferentes configurações de interação verbal possíveis de serem realizadas entre os sujeitos falantes (Givon, 1984; 1997; Hawkins, 1978).

Não está no escopo espacial do presente texto apresentar uma revisão exaustiva da literatura sobre a definitude. Todavia, é possível se dizer que a construção das expressões referidoras faz parte do modo como a representação discursiva opera com os conhecimentos compartilhados pelos interlocutores envolvidos em uma atividade verbal. Conforme Apothéoz e Reichler-Béguelin (1999), a interpretação de uma expressão anafórica consiste menos em localizar um termo antecedente ou um objeto no mundo real das coisas com o qual a expressão se relaciona do que ativar ou reativar uma informação na memória discursiva. Por conseguinte, a interpretação de uma expressão referidora deve contemplar as funções semânticas, pragmáticas e interativas que fazem parte do processo de construção dos objetos-de-discurso na atividade enunciativa, tanto na dimensão construtiva quanto na intersubjetiva (Givon, 1984).

Givon, entre outros autores, defende o consenso que a referência pode ser erigida de fontes cognitivas de conhecimentos compartilhados que são relativamente independentes do conteúdo do discurso específico. Essas fontes armazenam saberes monitorados pelas múltiplas capacidades comunicativas (Dik, 1989) dos falantes, que, em diferentes contextos enunciativos, são convertidas em discurso (Benveniste, 1989). Assim, de acordo com as diferentes restrições impostas pelas estruturas socioculturais e situacionais e os diferentes critérios de pertinência e de relevância que norteiam a instituição dos objetos-de-discurso (o quê? para quê/quem? quando? onde? e como?) é que os falantes estabelecem seus contratos verbais, no interior dos quais outras capacidades entram em jogo (por exemplo, a genérica e a encyclopédica, já mencionadas) no processo de construção textual-discursiva.

A identificabilidade

A identificabilidade e a acessibilidade, propriedades corolárias da definitude, fazem parte de um processo maior, a inferência (Chafe, 1996). Ao contrário do que pensam Russel e Strawson *apud* Martinich (1984), a identificabilidade não está, necessariamente, relacionada à realidade concreta das coisas, isso porque os valores de verdade e demais aspectos da lógica formal não se coadunam com a identificabilidade como propriedade de âmbito discursivo.

O sentido de identificar nem sempre está relacionado à condição de familiaridade com o objeto de referência em si, mas pode estar relacionado aos atos de fala a ele associados. Assim, por ser uma propriedade gradual, a identificabilidade pode pressupor desde a simples compreensão da relevância da entidade para a compreensão dos atos de fala pertinentes em determinado contexto enunciativo até a identificação e a acessibilidade integral da entidade representada. Por exemplo, no texto de Pedro Simon (o terceiro texto do *corpus*), a interpretação da descrição definida (DD) a Revolução pode construir, em diferentes leitores, com diferentes experiências de mundo, e mais precisamente com diferentes saberes sobre as evoluções históricas do comunismo, diferentes graus de identificação da entidade Revolução. Além disso, no caso, a própria evolução do tópico discursivo é responsável pela construção do arcabouço de conhecimentos necessários para a significação de Revolução.

Em ambas as perspectivas referidas, um ouvinte com bagagem de conhecimentos atualizados sobre história, filosofia, política, economia, entre outras áreas do saber, poderia, inclusive, processar operações cognitivas com complexidade superior à do próprio enunciador do texto, pois, como unidade discursiva em devir, o texto não é o ponto de chegada, mas de partida. Com efeito, pensando a identificabilidade como noção escalar, sua ascendência se imbrica com outra propriedade, a acessibilidade. Para Chafe (1996), a identificabilidade é uma propriedade menos direta e imediata do que a acessibilidade. Em certos contextos, por exemplo na oralidade, a identificação de referentes pode ser estabelecida por associações que podem ser consideradas essenciais ou não-essenciais. O emissor pressupõe que um referente é identificável quando ele usa um termo que, sob seu ponto de vista, irá capacitar o receptor a identificar a entidade referida. Assim, o autor entende que a identificabilidade se constitui de três componentes, que se alicerçam, respectivamente, em

conhecimentos compartilhados, eficiência categorial e pertinência textual, a saber: o emissor pressupõe que o receptor compartilha, direta ou indiretamente, conhecimento das entidades referidas; o falante opta por uma expressão que categoriza o referente de modo mais particular possível, excluindo-o do conjunto ou da classe a que pertence; o falante julga que o potencial de atualização do referente é o mais eficiente para as finalidades discursivas do contexto em questão.

Como se pode depreender, a identificabilidade não é considerada como um processo inferencial de valor absoluto. Diferentes contextos enunciativos podem exigir diferentes graus de identificabilidade de um referente. Em certas circunstâncias, o compartilhamento do referente pode ser apenas indireto, sem necessidade de familiaridade com a entidade pertinente.

Segundo Hawkins (1978), em contextos situacionais imediatos e amplos, o pressuposto pragmático das descrições definidas não é a identificação da entidade referida, mas a sua localização no contexto compartilhado do enunciado, embora, em alguns casos extremos de situação ampla, possa ser necessário conhecimento mais específico da entidade. Na maioria dos contextos de situação ampla é possível o uso de descrições definidas, tais como o presidente da República/do Senado, o cardeal, o técnico da seleção brasileira etc., sem que o receptor esteja, necessariamente, munido de material conceptual para identificar a entidade em questão. Nesses casos, o que interessa é a proposição contida no enunciado e não a identificação do objeto nele referido. Uma das generalizações de Hawkins (1978) é que, em todos os contextos situacionais amplos, o receptor deve primeiro localizar a situação correta à qual o referente pertence, depois, se houver demanda discursiva, será feita identificação do referente. Nessa mesma linha de pensamento, Donellan (1984) *apud* Martinich (1984) acentua que as descrições definidas podem ser usadas em uma variedade de circunstâncias nas quais os falantes sabem muito pouco sobre as entidades referidas. Para ele, o critério para a identificação de uma entidade varia de acordo com os propósitos das pessoas envolvidas; a questão não é estabelecer os sentidos da identificação, mas considerá-la como uma propriedade relacional que assume diferentes formas em diferentes tipos de atividades.

Considerando a natureza gradual da identificabilidade das expressões definidas em contextos de situações imediata e ampla, o clássico consenso sobre as condições de sucesso de uma

referência, alicerçado em valores de verdade, não dá conta das nuances semântico-pragmáticas das descrições definidas.

A acessibilidade

Sob uma perspectiva escalar, no *continuum* referência definida, identificável e acessível, a acessibilidade é a propriedade que efetiva a definitude plena. Conforme Hawkins (1978), em contextos situacionais, entra nesse *continuum*, ou paralelamente a ele, primeiro a identificação da situação, depois as demais propriedades. Conforme dizem os estudiosos, as relações geradoras de significação são assimétricas e, como tal, não podem ser tratadas aproblematicamente (Maingueneau, 2000). Dada uma expressão referidora definida, nunca se saberá o grau de congruência entre a interpretação do falante e a do ouvinte, pois as relações sociopessoais (Givon, 1989) entre os participantes de uma atividade enunciativa também são assimétricas.

Para Chafe (1996), a acessibilidade é um processo de inferência cuja interpretação deve ser construída em termos de graus de ativação na consciência do falante. O autor identifica três graus de ativação, entendendo que pode haver mais. Ativa, quando a idéia está no foco da consciência, no momento. Semiativa, quando a idéia está na consciência periférica, como alguma coisa na qual a consciência já esteve focalizada, mas, ao longo do discurso, afastou-se por um determinado interstício de tempo. Inativa, quando a idéia não está ativa nem semiativa, podendo estar armazenada na memória há longo tempo, ou jamais ter sido parte do repertório mental do falante.

Segundo o linguista, esses três estados de ativação mental fornecem as bases para o paradigma pragmático: ideia dada/ideia nova. Uma ideia dada é aquela que o emissor pressupõe que, em um determinado ponto do discurso, já está semiativa na consciência ativa do receptor. Uma ideia pode ser acessível quando o emissor pressupõe que, em determinado estágio do discurso, ela está na consciência semiativa do falante. Nos casos mais típicos da atividade discursiva, uma ideia semiativa é aquela que esteve plenamente ativa em um determinado estágio do discurso, mas que no decorrer dele tornou-se semiativa, em função de não ser objeto de retomada. Uma ideia inativa é aquela que não é nem ativa nem semiativa, podendo estar armazenada em uma espécie de memória permanente, ou pode jamais ter sido armazenada na memória, antes.

Para Givon (1989), a acessibilidade implica que o

referente é representado em e pode ser recuperado de alguma estrutura mental preexistente na mente do receptor. Segundo ele, quando o emissor reintroduz um referente em determinado contexto, ele o assenta por meio de vários recursos gramaticais. Esse assentamento serve para estabelecer conexão mental entre a ocorrência do referente na localização textual local e os seus traços anafóricos prévios, em alguma estrutura mental inscrita.

A integração entre identificabilidade e acessibilidade

O complexo teórico até aqui exposto emerge da própria natureza da referência na linguagem em ação, âmbito no qual os referentes são mais importantes pelos efeitos de sentidos que geram no e pelo discurso do que pela eventual relação que têm com as coisas. Por isso, tendo em vista a natureza gradual da referência e da definitude, as propriedades identificável e acessível são abertas, sempre vulneráveis ao jogo argumentativo travado na atividade enunciativa. Essa instabilidade, que é relacionada ao processo de categorização das coisas (objetos físicos, biológicos, perceptuais, noções etc.) na atividade discursiva, deve-se ao fato de a construção das expressões referidoras ser norteada por restrições socioculturais, situacionais e demais convenções relativas ao uso da linguagem e às intenções dos falantes (Mondada e Dubois, 1995). Assim, a cada confronto enunciativo, uma expressão referidora é recategorizada, ou seja, sofre as devidas adequações impostas pela situação enunciativa, ou, em outras palavras, pelo processo de conversão da língua em discurso (Benveniste, 1989).

No escopo mais amplo da referência, a identificabilidade e a acessibilidade ainda se apresentam como campo fértil de investigação, principalmente no que se refere a outras potencialidades pragmático-discursivas (Givon, 1989) e interativas que interferem no processo de escolha de uma expressão entre outras disponíveis (Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1999).

Para os estudiosos da referência, uma descrição adequada do modo como as pessoas interpretam uma expressão referidora requer pelo menos dois tipos de teorias: uma, explicando como a forma de uma expressão determina as possíveis interpretações que ela pode ter; e a outra, de caráter mais geral, sobre a interpretação do enunciado, explicando como as pessoas optam por uma expressão entre outras potencialmente disponíveis.

Para muitos estudiosos desse campo, é tempo de se considerar, além da função referencial, as funções semânticas, pragmáticas e interativas das expressões referidoras. Eles entendem que, no âmbito das

relações anafóricas (à luz de uma visão ampla), outros tipos de fatores, além da função referencial, podem condicionar a seleção de uma expressão referidora. Os autores criticam as teorias que consideram as seleções feitas pelos falantes somente nas bases da acessibilidade do referente (Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1995; 1999; Ariel, 1996) e nas bases do estatuto cognitivo, pois, para compreender como os falantes usam uma expressão referidora, é necessário considerar os pontos de vista de ambos, codificador e decodificador. E isso, dizem eles, implica a necessidade de se dar atenção especial às discrepâncias, discordâncias, e aos interesses estratégicos conflitantes que possam ocorrer entre os participantes da interação verbal.

Com base nos postulados sobre o modo de se pensar o mundo, a natureza humana e a linguagem, e o modo como essas visões norteiam a referência textual, principalmente no que concerne à compreensão das expressões referidoras como objetos-de-discurso, entende-se que as fontes de investigação da referenciação e de suas propriedades corolárias – a identificação e a acessibilidade – são geradas em diferentes domínios do fantástico universo do ato de referir na interação verbal: o domínio linguístico (semântico-sintático) propriamente dito; o domínio cognitivo (integrado com áreas interdisciplinares como a psicologia); o domínio pragmático (integrado com áreas como a sociologia e subáreas como a etnografia e a antropologia de visão contextualista); e o domínio discursivo (que contempla todos os domínios de conhecimentos envolvidos no ideal de compreender as múltiplas facetas erigidas pelo fenômeno da linguagem).

Análise¹

Texto 1 – Discurso de Gilberto Amado – é um discurso de agradecimento pela posse na Academia Brasileira de Letras. Infere-se que o discurso tem como quadro cênico o *script* clássico engendrado pelo contexto da Academia – o emissor, dono absoluto da palavra, que por si só ancora e legitima o discurso autorizado, e o ouvinte, que completa a cena de enunciação legitimadora do discurso (Maingueneau, 2000).

Em virtude da formalidade cenográfica do texto (ambiente em que o emissor fala sem ser

¹ O corpus da pesquisa foi retirado do banco de dados do Laboratório de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, câmpus de Araraquara, utilizado na elaboração do Dicionário de usos do português do Brasil, coordenado pelo Professor Francisco da Silva Borba, e na elaboração da Gramática de usos do português, de autoria da Professora Doutora Maria Helena de Moura Neves. As tabelas 1, 2 e 3 fazem parte da estrutura metodológica da análise das DDs em Boer (2003).

interrompido) e do fato de ele ter sido previamente escrito, o emissor teve total controle sobre as opções que deveria fazer para garantir o estatuto enunciativo e a viabilização de demais intenções pragmático-discursivas relativas à situação de fala. Nessa perspectiva, ele optou pela profusão de recursos de longo alcance, permitidos pelo texto escrito – estratégias retóricas, linguagem figurada, digressões e demais recursos retóricos e estilísticos.

Para Charaudeau (1992), do ponto de vista semântico, a descrição definida está alicerçada em dois pontos de vista: o ser nomeado pode ser considerado como já atualizado por estar relacionado à classe ou ao conjunto a que pertence (uso anafórico); o ser nomeado é considerado como tendo as particularidades estabelecidas pelo contexto de determinada situação discursiva; nessa circunstância, o valor atualizador da descrição definida é atribuir ao ser nomeado uma ou mais particularidades que se encontram no contexto ou na situação. Exemplo: Francine comprou a moto de seus sonhos (Francine *a acheté la moto de ses rêves*). A função atualizadora do determinante definido depende da situação da enunciação, ou seja, “da visão do locutor e da visão que ele supõe ser a do seu interlocutor quanto à *atualização* pertinente” (Charaudeau, 1992, p. 164-165, tradução nossa).

A modificação de seus sonhos expressa a particularidade que atualiza o referente no contexto de interação verbal específico. Vale ressaltar que a atualização se dá no plano do discurso, já que não é do domínio de moto ser de seus sonhos.

Nessa perspectiva mais ampla, é de senso comum dos estudiosos da referência que a definitude é um fenômeno de natureza discursiva, envolvendo alto grau de interatividade entre os participantes de uma atividade enunciativa. Esse consenso implica considerá-la como categoria complexa, cuja conceptualização só pode ser investigada na atividade enunciativa.

Dos níveis de definitude – Conforme exposto na Tabela 1, 44,7% (55) das DDs são identificáveis, mas não necessariamente acessíveis; 30,9% (38) não pressupõem identificação, mas conexões/inter-relações com outros conhecimentos cognitivamente estruturados. Esses dados apontam a natureza intensional² das DDs, ou seja, referem-se ao fato de que a construção dessas unidades é norteada por interesses discursivos e interativos relacionados aos aspectos já expostos sobre a relação do autor com o seu auditório (Berrendonner, 1995; Kock e Marcuschi, 1998).

² O termo *intensão* é amplamente usado por estudiosos da Semântica Formal. Como explica Oliveira (2001, p. 38), “A ‘intensão’ permite alcançarmos uma classe de objetos no mundo. A esta classe damos o nome de extensão”.

Tabela 1. Demonstrativo das 123 DDs analisadas³.

	Níveis de definitude			1.	2.	3.
	1.	2.	3.			
01	4	5	09		1	
02	9	2	3	10	1	3
03		2	3	11		2
04			5	12		6
05		1	4	13	4	4
06			9	14	1	3
07			5	15	1	4
08		2	2			
Subtotais:	23	38	15	07	17	23
Percentagens dos totais gerais:						
	1. = 30 (24,4%)		2. = 55 (44,7%)		3. = 38 (30,9%)	

1. identificável e acessível; 2. identificável, mas não necessariamente acessível; 3. conexões e demais tipos de inter-relações.

As DDs têm seus componentes instrucionais e descritivos amplamente desenvolvidos. Por exemplo, no excerto (Ratificando 50 anos depois) os sufrágios de tantos de vossos predecessores, que quiseram então admitir à sua companhia o rapaz de Sergipe que acabava de publicar o seu primeiro livro composto de uma conferência, de artigos e crônicas de jornal, (confirmastes, Senhores acadêmicos [...]), o nome-núcleo sufrágio é sintaticamente elaborado e semanticamente enriquecido por meio da mobilização de outras entidades com as quais ele se inter-relaciona, formando complexos semânticos que especializam o seu sentido e podem, em diferentes leitores, gerar diferentes atos de fala relacionados aos propósitos invisíveis (Fauconnier, 1997) do emissor. O termo predecessores aponta um universo de significações que, em função dos valores culturais da situação enunciativa (por exemplo, a proficiência literária e a tradição acadêmica dos predecessores) e das intenções psicológicas (Mondada e Dubois, 1995; Mondada, 1997) de Amado, validam e elaboram o sentido de sufrágios em diferentes níveis de potencialidades dialógicas Bakhtin (1989) *apud* Brandão (1999). Não é o rapaz de Sergipe que tem relevância discursiva, mas o efeito de sentido argumentativo (debreado do tempo relativo ao contexto espacial do rapaz de Sergipe para o tempo e o contexto espacial do rapaz que ora fala) que concorre para a configuração do rapaz (Gilberto Amado) falando aos membros da Academia.

Nessa linha de raciocínio, pode-se dizer que uma DD do tipo o rapaz de Sergipe que acabava de publicar o seu primeiro livro composto de uma conferência, de artigos e crônicas de jornal [...] tem, no âmbito mais amplo do discurso, funções que

³ Os números da primeira coluna da tabela correspondem aos números das páginas do texto selecionado para análise. Os números das demais colunas abaixo das especificações dos dispositivos apresentam a quantidade de DDs identificadas em cada categoria do dispositivo. Os valores nas colunas das duas últimas linhas de cada dispositivo correspondem, respectivamente, ao total de DDs analisadas em cada item teórico e às percentagens relativas ao total de DDs analisadas em cada texto. É importante ressaltar também que, para as finalidades analíticas, trabalhou-se apenas com os valores de maior ocorrência.

podem ser de natureza argumentativa, pragmática, interativa, entre outras pertinentes aos múltiplos usos da linguagem (convencer, persuadir, confirmar etc.). O autor, com intenções discursivas bem determinadas – *delectare* e *moveare* os seus ouvintes –, institui os objetos-de-discurso com expansões sintático-semânticas e estilísticas complexas, “numa multiplicação progressiva de aspectos para os quais ele chama a atenção” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1999, p. 143) e que, no caso, são permitidas no texto escrito. Por exemplo, em descrições como: ([...] reacende) a chama votiva diante das suas efígies, dos seus nomes, conclamando-os de vez em quando pela voz dos recém-vindos aos lugares que eles enaltecem como patronos e como primeiros ocupantes [...] e ([...] levantada) a cortina de cortiça que insonorizava o Brasil e lhe tapava os ecos do mundo [...] –, relativamente à vida do autor, com estratégias retóricas de retrospecção e de prospecção –, a força enunciativa evoca o co-enunciador a participar do universo endeusado por Amado.

Retomando, à guisa dos dados apresentados na tabela dos exemplos apresentados, pode-se dizer que é a intensionalidade discursiva que rege o trabalho de designação e de demais operações referenciais na cadeia textual do discurso de Gilberto Amado.

Texto 2 – Prece ao cristo das agonia – trata-se de um discurso religioso sobre a morte de Cristo, contemplando a questão do pecado humano e o aspecto redentor da cruz, em relação à decadência humana. Por tratar-se de uma prece, a interação verbal é preponderantemente construída entre o emissor e Cristo. Ao longo do texto, pode-se verificar que o emissor se coloca, ora como observador do episódio da morte e ressurreição de Cristo inserido no contexto do mundo narrado pela Bíblia, ora como observador fora do mundo narrado, fazendo reflexões sobre os sentidos da morte e da ressurreição de Cristo em relação ao comportamento do homem em diferentes períodos da era cristã, com ênfase maior na atualidade.

Dos níveis de definitude – Conforme exposto na Tabela 2, 50,7% (36) das DDs são identificáveis, mas não necessariamente acessíveis; 40,8% (29) das DDs não pressupõem identificação propriamente dita, mas inter-relações com outros conhecimentos prévios do discurso.

Aqui também, as DDs se apresentam com alto nível de notoriedade argumentativa, e, como indicam os dados da tabela, ponto de vista referencial, independem da acessibilidade das entidades às quais elas, como termos das predicações, referem-se. O fato de as DDs serem de natureza fortemente discursiva, ou seja, sem

compromisso com a realidade do mundo extralingüístico, dá ao autor a liberdade de instituí-las e retomá-las por meio de elaborações e enriquecimentos semânticos inerentes à construção da cadeia referencial, isto é, com modificações, complementações, substituições etc. entre outras operações referenciais típicas da natureza interpretativa do texto, cuja referência discursiva se alimenta em fontes “ideacional” (informativa e de base lexical), ‘discursiva’ (informativa e de base cotextual) e ‘interacional’ (interpessoal, de base interativa e cognitiva) (Marcuschi, 1998, p. 4), sendo esta última fonte construída sob a perspectiva da interação do autor com Cristo “Ó Cristo dos hortos noturnos!”.

Tabela 2. Demonstrativo das 71 DDs analisadas.

	Níveis de definitude			1.	2.	3.
	1.	2.	3.			
01	1	8	06		2	3
02		9	07		2	3
03	1	2	6	08	3	4
04		3	5	09	1	2
05			3			10
Subtotais:	5	27	9		1	9
	Percentagens dos totais gerais:					
	1. = 6 (8,4%)	2. = 36 (50,7%)	3. = 29 (40,8%)			

1. identificável e acessível; 2. identificável, mas não necessariamente acessível; 3. conexões e demais tipos de inter-relações.

Em função do tipo de texto – uma prece, assemelhando-se a uma espécie de fluxo da consciência – e da ênfase na função expressiva da linguagem, a definitude é preponderantemente estabelecida em modos de pensar, conforme defende Martinich (1984). Com efeito, em termos gerais, a definitude das entidades que exercem funções tópicas, tanto na construção da teia textual quanto na construção tópica discursiva, não está alicerçada na identificação das entidades em si, mas na construção de conceitos, valores, crenças, entre outros frutos espirituais característicos do discurso religioso, conforme mostram os exemplos a seguir.

As lágrimas vertidas pelo apóstolo em noite de perjúrio;

[...] não é verdade que repetimos) o gesto do soldado levando aos teus lábios refrigério?;

[...] habituamo-nos a cantar) as endechas de Sião nas cordas do teu saltério;

[Tu mesmo nos quiseste ensinar] a jaculatória que está contida no Salmo.

Texto 3 – Discursos e projetos – Senador Pedro Simon – trata-se de um discurso político sobre o marxismo em contraposição ao capitalismo, com uma estrutura argumentativa ancorada quase que

exclusivamente na autoridade instituída pelo cargo e pela função política do emissor, uma vez que, com exceção de algumas referências históricas, não há exposição de evidências verificáveis: fatos, exemplos e demais dados (Garcia, 1988; Brandão, 1999; Perelman e Olbrecht-Tyteca, 1999). E é essa cenografia que vai nortear a designação dos referentes na construção do discurso de Simon.

No excerto objeto de análise, o autor discorre preponderantemente sobre o marxismo, desenvolvendo idéias que o configuram como um engodo ideológico, com estratégias perniciosas e destruidoras de apagamento de valores históricos, culturais, entre outros, que, para o Senador Pedro Simon, constituem as bases da identidade dos indivíduos na sociedade. Para o autor, o capitalismo é: “um sistema em si legítimo”; “o capitalismo pode ser mau accidentalmente”; “Ele põe a serviço da sociedade humana aqueles motores admiráveis de que Deus dotou o homem, que são o amor de si mesmo e a vontade de possuir e de se enriquecer.”; a Igreja é favorável ao capitalismo, “os santos Papas e os santos Padres não o condenam”.

Dos níveis de definitude – Conforme exposto na Tabela 3, 45,2% (155) das DDs são identificáveis e acessíveis; 47,5% (163) são identificáveis, mas não necessariamente acessíveis, e 7,3% (25) estabelecem conexões com diferentes tipos de inter-relações.

Tabela 3. Demonstrativo das 343 DDs analisadas.

	Níveis de definitude			1.	2.	3.
	1.	2.	3.			
01	3	14	1	11	14	6
02	11	9	3	12	7	9
03		8	3	13	6	13
04	6	3	3	14	11	11
05	12	6	1	15	3	4
06	04	13		16	11	15
07		19		17	11	9
08	7	7		18	15	7
09	12	2		19	11	4
10	11	4				9
Subtotais:	66	85	11	-	89	78
	Percentagens dos totais gerais:					
	1. = 155 (45,2%)	2. = 163 (47,5%)	3. = 25 (7,3%)			

1. identificável e acessível; 2. identificável, mas não necessariamente acessível; 3. conexões e demais tipos de inter-relações.

Diferentemente do que ocorre em textos como *Fala de Arraes*, *Discurso de Gilberto Amado* e *A rua da amargura*, no texto de Senador Pedro Simon, na maioria dos casos, as DDs não desenvolvem argumentação nas suas estruturas internas, mas nas estruturas das predicações, por meio das quais, ao longo da construção da cadeia referencial, recebem novos atributos, aperfeiçoando e expandindo seus campos semânticos e concorrendo, no âmbito da macroestrutura do texto, para a construção tópica

discursiva.

Pelo processo evolutivo de construção dos referentes responsáveis pela topicalidade – o comunismo e o capitalismo – e as intenções discursivas do autor, pode-se dizer que a referência discursiva é alimentada pelas fontes ideacional, discursiva e interacional. Ou seja, o discurso engendra informações no plano do pensamento e da ideologia, mas esses traços são marcados intensionalmente (Koch e Marcuschi, 1998) e tendenciosamente, a fim de atender às intenções discursivas do autor, que pulveriza o texto com recursos retóricos como *Amados filhos*.

Do ponto de vista pragmático, o sentido lógico da definitude e da indefinitude só pode ser explicado à luz dos atos de fala com os quais as expressões referidoras se relacionam (Hawkins, 1978). No caso em pauta, a univocidade de entidades como *o marxismo* e *o capitalismo*, entre outras, tem seus fundamentos estabelecidos no âmbito do discurso. É na evolução discursiva que esses termos vão sendo retomados e recategorizados (Mondada e Dubois, 1995) com novos predicados, que expandem os seus sentidos e acionam articulações que, por sua vez, concorrem para a construção dos *efeitos de estruturação de sentido* (Marcuschi, 1999) no âmbito da construção tópica discursiva. Por exemplo, no âmbito factual do texto, é possível a construção de proposições tais como:

- o comunismo é uma espécie de anticristo, porque desconsidera tudo o que provém de Deus;
- a única autoridade que o comunismo respeita é o Estado;
- para a filosofia comunista, a Revolução tem uma função redentora;
- para o comunismo, o valor supremo da humanidade é o trabalho etc.

A adesão, pelo ouvinte, dessas proposições – que gradativamente aperfeiçoam a definitude do referente *comunismo* – pode estar relacionada às intenções discursivas (por exemplo, interesses político-ideológicos) de Simon.

No âmbito mais amplo, onde se instauram aspectos de natureza polifônica e polissêmica, as operações cognitivas extrapolam o âmbito do universo discursivo representado pelo texto. Nesse domínio, fora do texto mas no discurso (Orlandi, 2001), pode-se dizer que a definitude também é aperfeiçoada, por meio de conexões, articulações e inter-relações cognitivas (frames, arquivos etc.), que concorrem para construção de significados ou efeitos de sentido mais abrangentes.

Como a definitude só pode ser conceptualizada no âmbito do discurso, é possível dizer, com base

nas visões bakhtiniana e jakobsoniana sobre a natureza dialógica da linguagem, que, a cada novo circuito dialógico, os objetos-de-discurso são reenquadrados em novos contextos e traduzidos, recategorizados,⁴ segundo as potencialidades comunicativas (linguística, cognitiva, perceptual, epistêmica, interativa etc. (Dik, 1989) dos indivíduos falantes e segundo as restrições situacionalmente impostas.

Ao se inter-relacionarem umas com as outras, tanto na construção da cadeia referencial (no interior da qual o comunismo, a revolução e o capitalismo são retomados e semanticamente aperfeiçoadas com novos argumentos) quanto na construção tópica discursiva, a definitude das DDs vai sendo aperfeiçoadas. Por exemplo, a palavra homem, usada no mínimo 12 vezes, é de sentido genérico, mas a genericidade é representada em dois tipos de subuniversos do mundo dissertado pelo autor: o universo do mundo capitalista, respaldado pela visão cristã católica romana e o universo do mundo comunista, respaldado pelo espírito de revolução. Assevera o Senador Pedro Simon:

Para o católico, na fé e na vida prática, o fim último do homem é a vida eterna [...]; [...] para o marxismo, a Revolução, seu grande ideal é este: acabar com tudo o que lembra a Deus, Jesus Cristo, Igreja, tudo o que limite o homem [...] E sobre si mesmo o homem procurará construir sua vida, orientado por suas luzes, satisfazendo as suas mais profundas paixões.

O exemplo apresenta dois tipos de referência aplicados a homens, ou seja, o autor os inclui em dois tipos de classes. Esses homens podem ser considerados hipotéticos, no sentido de que a construção de seu perfil é resultado da interpretação que o autor faz do homem segundo a doutrina marxista e do homem segundo o modelo social capitalista, que, conforme ele, é também de orientação cristã católica romana. Assim, as duas entidades são configuradas com base nos conhecimentos fornecidos pelas predicações no interior das quais os referentes homem marxista e homem capitalista concorrem tanto para construção da cadeia referencial quanto para construção e manutenção da coerência tópica discursiva (Marcuschi, 1998). Assim, cada um dos referentes é tratado em dois tópicos discursivos distintos, que, aliás, determinam a estrutura da argumentação do texto do autor: o tópico sobre o comunismo e o tópico/subtópico sobre capitalismo como sistema

legitimado pela Igreja Católica.

Em casos como esses, há dois tipos de interpretações: a coletiva e a distributiva, ou seja, o homem e o conjunto de homens do universo cristão católico e o homem e o conjunto de homens (ateus) do universo comunista. Isso quer dizer que, na evolução da memória discursiva,

[...] as expressões genéricas, pelo menos quando em função de sujeito, possuem propriedades referenciais, pois, embora não se refiram a indivíduos de um tipo, referem-se ao próprio tipo" (Neves, 2001, p. 10).

No texto em pauta, a caracterização desses dois tipos é construída na cadeia referencial na qual são mantidos por meio de processos referenciais de retomadas (conforme apresenta o Apêndice D) e acrescidos de novas proposições constitutivas das várias estruturas da predicação das quais fazem parte. O mesmo acontece com outras DDs concretas, que desempenham papéis relevantes na construção tópica do discurso, como, por exemplo, o marxista, usada sete vezes, e o operário, usada dez vezes etc.

Diferentemente do que ocorre nos textos *Discurso de Gilberto Amado* e *A rua da amargura*, no texto de Simon, na maioria dos casos, as DDs não desenvolvem argumentação nas suas estruturas internas, mas nas estruturas das predicações, por meio das quais, ao longo da construção da cadeia referencial, recebem novos atributos, aperfeiçoando e expandindo seus campos semânticos e concorrendo, no âmbito da macroestrutura do texto, para a construção tópica discursiva. Segue-se que, no processo evolutivo de construção dos referentes responsáveis pela topicalidade – o comunismo e o capitalismo – e nas intenções discursivas do autor, a referência discursiva é alimentada pelas fontes ideacional, discursiva e interacional. Ou seja, o discurso engendra informações no plano do pensamento e da ideologia, mas elas são construídas *intensionalmente* (Koch e Marcuschi, 1998) e tendenciosamente, a fim de atender às intenções discursivas do autor, que pulveriza o texto com recursos retóricos como *Amados filhos*.

É interessante observar que a maioria das DDs complexas faz parte de tópicos sentenciais ou subtópicos discursivos, que formam a estrutura argumentativa para a construção tópica discursiva no âmbito da macroestrutura do texto, conforme mostram os exemplos que seguem.

[...] as amarras que ligam o homem e torna sua ação livre e soberana [...];

A alma, a criadora desta civilização [...];
([...] é) o meio violento de conseguir uma sociedade

⁴ Para autores como Mondada e Dubois (1995) e Marcuschi (1999), mesmo quando um referente é retomado por meio de repetição de item lexical, há um processo de recategorização.

melhor e estável [...];

(...) destruiu [...] as corporações antigas, que eram para eles (os homens das classes inferiores) uma proteção [...];

(É importante conhecer) o ângulo sob que o marxismo se interessa pelo proletariado [...];

(...) ainda mais abandonado, porque) a igreja cismática, privada da fecundidade e da vitalidade da Igreja Católica, (não conseguia [...]).

Considerações finais

Conforme respalda o dispositivo teórico em pauta, a identificabilidade é uma propriedade gradual, de natureza relacional. Nesse sentido, ela encontra guarida no consenso dos estudiosos do significado, segundo os quais o sentido é sempre uma questão de mais e de menos, ou seja, uma questão de grau (Lyons, 1977). Em um dos polos da identificabilidade está a relação entre uma expressão definida e a identificação do referente; em outro estão múltiplas estratégias sintático-semânticas, pragmáticas e discursivas, e, ainda, suas funções como forma de estabelecimento de conexões geradoras de efeitos estruturadores de sentido: a expressão com a função de evocar sentidos outros, fora de seus liames linguísticos.

A acessibilidade, propriedade inherentemente discursiva (mesmo no caso das expressões/categorias estereotipadas ou prototípicas) tem em um de seus polos a possibilidade de pressupor relação entre o termo referido e a entidade que ele representa no mundo fenomênico; no outro, a acessibilidade está assentada em projeções cognitivas (consciência ativa, semiativa e inativa, frames e demais arquivos cognitivos); em múltiplas inter-relações pragmático-discursivas, que, em diferentes contextos de interação verbal, contemplam fatores relacionados a questões sociocognitivas, entre outras que ultrapassam os limites linguísticos do texto, e, conforme já dito, contemplam outros domínios simbólicos.

Isso posto, pode-se dizer que a análise das 537 DDs respalda uma grande proposição, a saber: a identificabilidade e a acessibilidade são propriedades abertas, vulneráveis a coreografias significativas, segundo os diferentes níveis de competências comunicativas (cognitivas, linguísticas, social, perceptual, lógica etc.) de diferentes sujeitos falantes. Como foi exposto na base teórica, no contexto textual-discursivo, a progressão de um referente interpretado por uma DD na cadeia textual pode perpassar múltiplas operações (designação, retomada, remissão), perdendo características e adquirindo outras, e podendo, inclusive, ser

recategorizado.

No que se refere ao aperfeiçoamento dos estudos do texto, tanto escrito quanto falado, o presente trabalho espera instigar seu co-autor a pensar na pertinência de se estudar as descrições definidas no escopo mais amplo do texto como prática social, resultante de determinações também sociais, políticas e ideológicas mais amplas e mais relacionadas ao modo como os indivíduos usam a linguagem para, nela e por meio dela, organizarem seus mundos, seus lugares e seus papéis sociais.

Referências

- APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M.J. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M. (Ed.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours: SN complexes, nominalizations, anaphores*. Suisse: Institut de Linguistique de l'Université de Neuchâtel, 1995. p. 227-271.
- APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M.J. Interpretations and functions of demonstratives NPs. in indirect anaphora. *J. Pragmatics*, Fribourg, v. 31, p. 363-397, 1999.
- ARIEL, M. Referring expressions and the +/- coreference distinction. In: FRETHEIM, T.; GUNDEL, J.K. (Ed.). Reference and accessibility. Amsterdam: Benjamins Publishing Company, 1996. p. 13-34.
- BENVENISTE, É. A semiologia da língua. In: BENVENISTE, É. (Ed.). *Problemas de lingüística geral II*. Tradução de Marco Antônio Escobar. São Paulo: Pontes, 1989. p. 43-67.
- BERRENDONNER, A. Quelques notions utiles à la sémantique des descripteurs nominaux. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M. (Ed.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours: SN complexes, nominalization, anaphores*. Suisse: Institut de Linguistique d'Université de Neuchâtel, 1995. p. 23-39.
- BOER, M.A.S. *Análise da definitude representada por descrições definidas com artigo definido em textos de literatura oratória e de literatura dramática*. 2003. Tese (Doutorado)–Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2003.
- BRANDÃO, H.H.N. Pragmática lingüística: delimitação e objetivos. In: MOSCA, L.L.S. (Org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 59-85.
- BROWN, G.; YULE, G. *Discourse analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- CHAFFE, W.L. Inferring identifiability and accessibility. In: FRETHEIN T.; GUNDEL J.K. (Ed.). *Reference and reference accessibility*. Armsterdam: John Benjamins Publishing, 1996. p. 37-46.
- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette Livre, 1992.
- DUCROT, O. *Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer*. Tradução de C. Vogt e R. Ilary. São Paulo: Cultrix, 1972.

- DIK, S. *The theory of functional grammar*. Dorderecht: Foris Publications, 1989.
- FAUCONNIER, G. *Mapping in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- GARCIA, O.M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- GIVON, T. *Syntax: a functional typological introduction*. Philadelphia: John Benjamins, 1984.
- GIVON, T. *Mind, control and context: essays in pragmatics*. London: Lawrence Erlbaum Associates, 1989.
- GIVON, T. Coherence in text vs. coherence in mind. In: GERNSBACHER, M.A.; GIVON, T. (Ed.). *Coherence in spontaneous text*. Amsterdam: John Benjamins, 1997. p. 59-115.
- HAWKINS, J.A. *Definiteness and indefiniteness: a study in reference and grammatical prediction*. London: Humanities Press, 1978.
- KOCH, I.V.; MARCUSCHI, L.A. Processos de referência na produção discursiva. *DELTA, Doc. Estud. Lingüist. Teor. Aplic.*, São Paulo, n. 14, p. 168-190, 1998.
- LYONS, J. *Semântica*. Lisboa: Presença, 1977.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARCUSCHI, L.A. Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE LÍNGUA PORTUGUESA, 1998, Berlin. *Anais...* Berlin: [s.n], 1998. p. 1-15.
- MARCUSCHI, L.A. Cognição e produção textual: processos de referência. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA DA ABRALIN, 2., 1999, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 1999. p. 1-17.
- MARTINICH, A.P. *Communication and reference*. Berlin: Walter Gruyter, 1984.
- MONDADA, L. Processus de categorisation et construction discursive des catégories. In: DUBOIS, D. (Org.) *Categorization et cognition: de la perception au discours*. Paris: Kimé, 1997.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construction des objets de discours et categorisation: une approche des processus de référenciation. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M. (Org.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Suisse: Institut Linguistique Université de Neuchâtel, 1995. p. 273-302.
- NEVES, M.H.M. A referência e a constituição do texto. *Rev. Belge Philol. Hist.*, Bruxelles, v. 79, n. 3, p. 993-1016, 2001.
- OLIVEIRA, R.P. Semântica. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (Org.). *Introdução à semântica*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2001.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Fontes, 1999.
- VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. Campinas: Hucitec, 1980.

Received on May 02, 2008.

Accepted on August 11, 2008.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.